

3 — Nas classificações são sempre ponderadas as circunstâncias em que decorreu o exercício de funções, designadamente as condições de trabalho e o volume de serviço, informações, resultado de inspecções ou processos disciplinares, bem como outros elementos complementares, desde que, em qualquer caso, se reportem ao período abrangido pela inspecção.

4 — No início de cada inspecção, será solicitado ao juiz presidente, bem como ao magistrado do Ministério Público coordenador, o parecer a que se reporta o artigo 72.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2002, de 12 de Abril.

5 — Os secretários de tribunal superior, secretários de justiça, escrivães de direito, técnicos de justiça principais, ou quem os substitua, fornecerão, por escrito, ao inspector descrição pormenorizada das funções desempenhadas por cada inspeccionando seu subordinado imediato, bem como apreciação fundamentada sobre a forma como aquele desempenhou as suas funções, apreciação que será ponderada a par dos elementos e circunstâncias previstos nos números anteriores.

#### Artigo 18.º

##### Meios de conhecimento

As inspecções devem, obrigatoriamente, utilizar os seguintes meios de conhecimento:

- a) Parecer a que se refere o artigo 72.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 96/2002, de 12 de Abril;
- b) Elementos em poder do Conselho dos Oficiais de Justiça, nomeadamente os referidos no n.º 3 do artigo 13.º;
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....

1 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *António Silva Ribeiro*.

#### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Despacho n.º 6754/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de 3 de Março de 2005:

Maria José Vieira de Sousa Lamim das Neves, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Silves — nomeada primeira-ajudante dos mesmos serviços (2.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 6755/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de 4 de Março de 2005:

Maria Inês Ribeiro Castelo Branco Martins Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Amarante — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Paredes (4.º escalão, índice 290), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 6756/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 7 de Março de 2005:

Isabel Margarida Fernandes do Vale, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Aveiro — nomeada primeira-ajudante da 3.ª Conservatória do Registo Civil do Porto (2.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Joaquim da Rocha Martins, ajudante principal da Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo — nomeado ajudante principal do Arquivo Central do Porto (5.º escalão, índice 350), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 6757/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 8 de Março de 2005:

Aldina Martins Vitorino, primeira-ajudante da 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — nomeada primeira-ajudante da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Loures (2.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Lopes Ferreira de Castro Almeida, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Famalicão — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Santo Tirso (1.º escalão, índice 265), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

#### Directoria Nacional da Polícia Judiciária

**Despacho n.º 6758/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 2 de Fevereiro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues:

José Paulo Mota Gonçalves, auxiliar técnico de museografia do quadro da Câmara Municipal de Santarém, a exercer em regime de comissão de serviço extraordinária as funções de especialista auxiliar estagiário na Polícia Judiciária — nomeado definitivamente especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Março de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

**Despacho n.º 6759/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 26 de Janeiro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Ana Paula da Costa Matos, inspector-chefe de escalão 4, nomeada em comissão de serviço coordenadora de investigação criminal de escalão 1 da Polícia Judiciária, a contar de 5 de Setembro de 2001, para efeitos de antiguidade, com efeitos remuneratórios reportados a 1 de Outubro de 2001 — nomeada definitivamente na referida categoria com efeitos a contar de 1 de Fevereiro de 2003, data em que perfaz um ano efectivo da nomeação em comissão de serviço, uma vez que perdeu 150 dias de antiguidade, no ano de 2002. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2005. — O Director de Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

#### Instituto Nacional de Medicina Legal

**Aviso n.º 3394/2005 (2.ª série).** — Por deliberação do conselho directivo do Instituto de Medicina Legal de 11 de Março de 2005:

Mestre Nuno Henrique de Picado Santos — nomeado na categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática do quadro único de pessoal do INML, para prestar funções na Delegação de Coimbra, precedendo concurso e aprovação em estágio. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

## MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Departamento de Prospectiva e Planeamento

**Aviso n.º 3395/2005 (2.ª série).** — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, informam-se os interessados que se encontra afixada, para consulta, na secção de pessoal, a lista de antiguidade do pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, referente ao ano de 2004.

Da referida lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

15 de Março de 2005. — A Directora de Serviços do Núcleo de Administração, *Cecília Silveira*.

### Direcção-Geral das Autarquias Locais

**Contrato n.º 777/2005.** — *Contrato-programa de reabilitação da Praça da República em Vila Praia de Âncora, no município de Caminha.* — Aos 25 dias do mês de Fevereiro de 2005, entre a directora-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, da parte da administração central, e o município de Caminha, representado pela presidente da Câmara Municipal, é celebrado um contrato-programa de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

##### Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato-programa a reabilitação da Praça da República em Vila Praia de Âncora, no município de Caminha, cujo investimento elegível ascende a € 837 457.

#### Cláusula 2.ª

##### Período de vigência do contrato

1 — O presente contrato produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 2005.

2 — O prazo de conclusão da obra apenas poderá ser prorrogado por um ano, salvo por razões de força maior não imputáveis à autarquia.

#### Cláusula 3.ª

##### Direitos e obrigações das partes contratantes

1 — Cabe aos serviços da administração central contratantes:

- Acompanhar a aquisição e a execução física e financeira dos trabalhos, verificar a colocação, no local de construção, de painel de divulgação do financiamento obtido, visar os documentos de despesa, autos de medição e verificar as facturas através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN);
- Processar, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a comparticipação financeira da administração central, sobre os documentos de despesa e autos visados pela CCDRN, e na proporção do financiamento aprovado. Estes pagamentos têm por base os projectos que tenham obtido o parecer favorável da CCDRN;
- Prestar, na medida das suas possibilidades, através da CCDRN, apoio técnico à Câmara Municipal outorgante, designadamente no lançamento do concurso e fiscalização da obra.

2 — Cabe à Câmara Municipal contratante exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente:

- Elaborar e aprovar os respectivos estudos e projectos de execução, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;
- Tomar as iniciativas conducentes à abertura de concurso para a adjudicação da obra;
- Organizar o *dossier* do projecto de investimento, devendo, em caso de execução da obra por administração directa, ser dado cumprimento ao despacho n.º 13 536/98 (2.ª série), do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;
- Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no despacho n.º 11/90, do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, de 15 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Maio de 1990;
- Fiscalizar a execução dos trabalhos, podendo, para o efeito, solicitar o apoio técnico da CCDRN de acordo com o disposto neste contrato;
- Elaborar os documentos de despesa e autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;
- Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.

#### Cláusula 4.ª

##### Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento

1 — A participação financeira do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos do município de Caminha com a execução do empreendimento previsto no presente contrato, até ao montante global de € 418 729, a atribuir em 2005.

2 — Qualquer pedido de reprogramação que vise a alteração do cronograma financeiro estabelecido no número anterior, independentemente de implicar mudanças no prazo de conclusão da obra, deverá ser devidamente fundamentado junto da CCDRN até ao final de cada ano e dependerá da aceitação do membro do Governo competente.

3 — Em situações excepcionais, e apenas quando esteja em causa o pagamento de adiantamentos ao empreiteiro, o membro do Governo poderá autorizar a concessão de adiantamentos à autarquia, desde que o valor não ultrapasse 50% da comparticipação total atribuída e haja disponibilidade orçamental para o efeito.

4 — Os adiantamentos referidos no número anterior têm de ser justificados até três meses após a sua concessão, sob pena da devolução do valor adiantado.

5 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços não previstas na programação financeira, trabalhos a mais, erros e omissões.

6 — Caberá ao município de Caminha assegurar a parte do investimento não financiado pelo contrato-programa nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

7 — Ao município de Caminha caberá a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada. A não utilização no ano económico das dotações previstas no presente contrato determina a perda do saldo anual existente.

#### Cláusula 5.ª

##### Estrutura de acompanhamento e controlo

A estrutura de acompanhamento e controlo da execução do contrato-programa será constituída pelos representantes da Direcção-Geral das Autarquias Locais, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e da Câmara Municipal de Caminha.

#### Cláusula 6.ª

##### Dotação orçamental

As verbas que asseguram a execução dos investimentos previstos neste contrato-programa são inscritas anualmente nos orçamentos do município de Caminha e do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 4.ª

#### Cláusula 7.ª

##### Resolução do contrato

O incumprimento do objecto do presente contrato e da respectiva programação constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando a Câmara Municipal a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas recebidas.

11 de Março de 2005. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos*. — Pelo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, (*Assinatura ilegível.*) — A Presidente da Câmara Municipal de Caminha, *Júlia Paula Pires Pereira Costa*.

Homologo.

25 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Local, *José de Almeida Cesário*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

### Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

**Aviso n.º 3396/2005 (2.ª série).** — Tendo a directora do Departamento, licenciada Maria Fernanda Luz Guia, sido nomeada a funcionária do ano de 2002 desta Direcção-Geral, não posso deixar de, publicamente, reconhecer as suas qualidades humanas, a lealdade,